

HABEAS CORPUS Nº 560.364 - PR (2020/0027977-4)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : ANTONIO MARCOS FERREIRA DOS SANTOS E OUTRO
ADVOGADOS : ANTONIO MARCOS FERREIRA DOS SANTOS - PR065054
TIAGO PINHEIRO - PR063728
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : BRUNO FERREIRA FAGUNDES (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

EMENTA

HABEAS CORPUS. ROUBO. PRISÃO PREVENTIVA. EXPEDIÇÃO DE ALVARÁ DE SOLTURA PELO JUÍZO DE PRIMEIRO GRAU. PEDIDO PREJUDICADO.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de BRUNO FERREIRA FAGUNDES contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná proferido no HC n.º 0000050-10.2020.8.16.0000.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, em 1.º/11/2019, pela suposta prática do crime previsto no art. 157, § 3.º, inciso I, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva pelo Juízo de primeira instância, que, posteriormente, indeferiu pedido de revogação da custódia cautelar.

Inconformada, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem, nos termos de acórdão assim ementado (fl. 26):

"HABEAS CORPUS. ART. 157, §3º, INC. I, DO CÓDIGO PENAL. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. E DEMONSTRADOS. FUMUS COMISSI DELICTI, PERICULUM LIBERTATIS. IMPOSSIBILIDADE DE AMPLA INCURSÃO NA SEARA PROBATÓRIA. CARÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DA DECISÃO ATACADA. IMPROCEDÊNCIA. PRESENÇA DOS REQUISITOS DO ART. 312 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. GRAVIDADE CONCRETO DOS FATOS E RISCO DE REITERAÇÃO DELITIVA. VIOLÊNCIA REAL. AÇÕES PENAIIS EM ANDAMENTO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA."

Neste *writ*, a Defesa sustenta que não houve fundamentação idônea para o decreto de prisão preventiva, e que não estão presentes os requisitos autorizadores da custódia cautelar.

Superior Tribunal de Justiça

Argumenta que processos em curso não podem justificar a prisão.

Aduz que o Paciente possui condições pessoais favoráveis.

Alega que se mostra possível a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do Paciente ou, subsidiariamente, a aplicação de medidas cautelares diversas.

O pedido liminar foi indeferido às fls. 59-61.

Foram prestadas informações às fls. 74-77.

O Ministério Público Federal manifestou-se às fls. 79-80, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório. Decido.

Em consulta ao endereço eletrônico do Tribunal de origem, constatei que o Juízo de primeira instância, em 1.º/04/2020, revogou a prisão preventiva do Paciente e determinou a expedição de alvará de soltura em seu favor.

Ante o exposto, com fundamento no art. 34, inciso XX, do RISTJ,

JULGO PREJUDICADO o pedido de *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2020.

MINISTRA LAURITA VAZ
Relatora